



Jonas Pereira

O presidente do Senado pedirá ao Ministério da Educação que volte a imprimir livros em braile. José Sarney recebeu um grupo de deficientes visuais acompanhado de senadores. **3**

Governo reduz para 1% a previsão de crescimento

A previsão de crescimento do PIB para 2009 foi reduzida de 2% para 1%, segundo relatório enviado ontem ao Congresso Nacional. **6**

Senadores querem evitar partidarização na Justiça

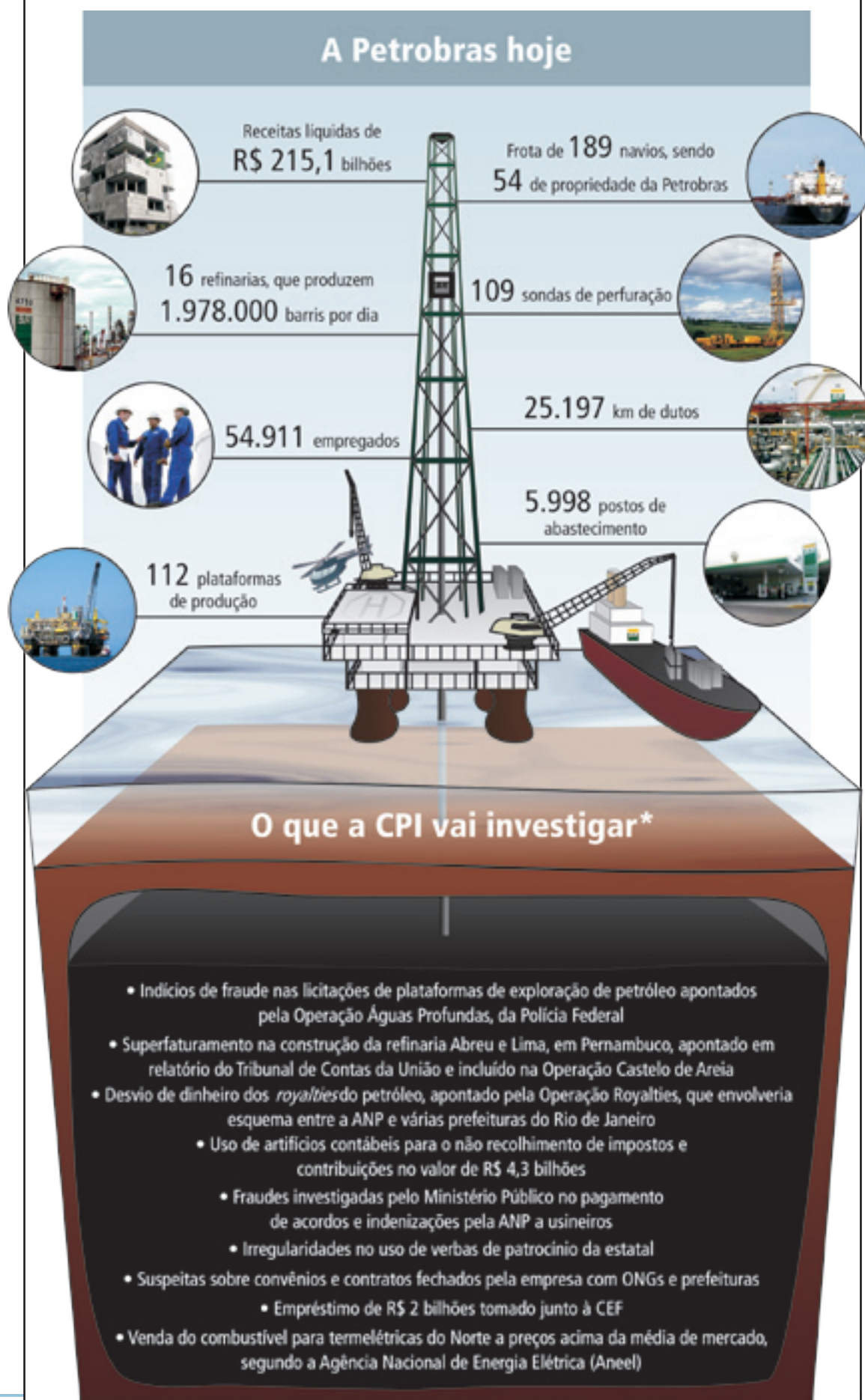
Críticas à conduta de procuradores e juízes marcaram a sabatina de indicados para compor os conselhos nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ). Na CCJ, senadores cobraram medidas para evitar que, sobretudo, alguns procuradores, buscando visibilidade na mídia ou partidarizando suas ações, atinjam a honra de pessoas públicas com o vazamento de informações falsas ou sem comprovação. **6**

Chega ao Plenário a PEC Paralela dos Vereadores

O Plenário começou a discutir a proposta de emenda à Constituição que reduz os percentuais máximos de gastos das câmaras municipais. A proposta teve origem no desmembramento da PEC dos Vereadores, já aprovada, mas que não chegou a ser promulgada porque o Senado retirou o trecho sobre os gastos. Aloizio Mercadante disse que o texto será emendado para garantir a redução das despesas. **4**

Indefinição sobre CPI leva PSDB a obstruir as votações

O líder do PSDB, Arthur Virgílio, anunciou que seu partido pretende obstruir as votações em Plenário à espera de esclarecimentos da Mesa sobre o número de integrantes que a oposição terá na CPI da Petrobras. **3**



*Fonte: Requerimento de criação da CPI

Para José Pimentel, formalização dos micro e pequenos empreendedores foi responsável pelo aumento da receita do sistema, que registra o vínculo de 60% das carteiras assinadas a empresas optantes do Simples

Pequena empresa equilibra contas da Previdência Social, diz ministro

A FORMALIZAÇÃO DOS micro e pequenos empreendedores será o grande tema previdenciário dos próximos cinco anos. A previsão foi feita ontem pelo ministro da Previdência Social, José Pimentel, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Atualmente, 60% dos trabalhadores com carteira assinada estão vinculados a contribuintes do Simples Nacional, sistema que já reúne mais de 3 milhões de empresas no Brasil.

Segundo José Pimentel, as contribuições oriundas do Simples Nacional foram responsáveis por livrar a receita da Previdência Social de uma eventual queda em tempos de crise financeira mundial. Em abril passado, a receita previdenciária obteve um crescimento de 5,9%, enquanto as despesas do setor cresceram 5,3%.

Esse equilíbrio nas contas da Previdência demonstrado pelo ministro respondeu a questão levantada pela



Rosalba Ciarlini, presidente da comissão, acompanha debate com José Pimentel

senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da CAS, sobre a existência de déficit no sistema.

A participação do Simples Nacional no financiamento da Previdência Social, cuja contribuição patronal se baseia no faturamento da empresa e não mais na folha de pagamento dos empregados, tem sinalizado uma tendência de crescimento, conforme José Pimentel.

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a extensão desse modelo de contribui-

ção para outras empresas, desonerando, assim, as grandes recrutadoras de mão de obra.

Cobertura

O ministro informou que o Regime Geral do INSS pagou, em abril último, 26,4 milhões de benefícios, ao custo total de R\$ 17 bilhões. Conforme registrou, a ampliação da cobertura previdenciária no país é uma preocupação que envolve os Poderes Executivo e Legislativo. Ele ressaltou que 65% da população brasi-

leira (78 milhões de pessoas) acima de 16 anos já estão assistidos pela Previdência Social.

A modernização dos procedimentos administrativos e dos postos de atendimento do INSS também foi destacada por José Pimentel. Ele observou que a formalização de um pedido de aposentadoria, que até 2003 levava cerca de 150 dias para ser atendido, passou a ser feito em apenas meia hora. Além da reforma das já existentes, mais 720 agências do órgão serão abertas no país.

Mas nem só de boas notícias vive a Previdência Social. Segundo o ministro, a pasta enfrenta hoje um passivo superior a R\$ 6 bilhões e um estoque de 5,8 milhões de ações judiciais em curso. Embora cada um desses passivos gire em torno de R\$ 4,2 mil, o custo do governo para contestá-los na Justiça chega a R\$ 9 mil, distorção que o levou a clamar por um debate sobre a questão.

Codevasf poderá atuar em áreas do Maranhão

Os vales dos rios Mearim e Itapecuru, localizados no Maranhão, também poderão ser incluídos na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf). Foi o que decidiu a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ao aprovar parecer de Marconi Perillo (PSDB-GO) a projeto (PLC 148/08) do deputado Carlos Brandão (PSDB-MA).

Para Marconi, incluir na Codevasf aquelas áreas significa levar à região um novo impulso de desenvolvimento, além de facilitar as atividades de planejamento e execução do aproveitamento dos recursos hídricos.

Inicialmente, a Codevasf atendia apenas o vale do São Francisco, mas os bons resultados da atuação da companhia acabaram por motivar a expansão para outras regiões, a exemplo do vale do Parnaíba. O projeto vai ao exame do Plenário.

A CDR aprovou ainda parecer favorável de Adelmir Santana (DEM-DF) a projeto (PLS 359/08) de Osmar Dias (PDT-PR) que isenta do pagamento do IPI veículos novos de até 4 mil cilindradas utilizados em atividades turísticas.

Osmar afirma que objetivo da proposta, que vai ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, é incrementar o turismo no país.

Comissão analisa Código de Processo Penal

Começou a funcionar ontem a Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal. Demostenes Torres (DEM-GO) foi eleito por unanimidade para presidir os trabalhos. A vice-presidência será exercida por Serys Slhessarenko (PT-MT), e Renato Casagrande (PSB-ES) foi designado relator.

O colegiado vai analisar o projeto (PLS 156/09) que visa atualizar o Código de Processo Penal, em vigor desde 1941. A proposta foi elaborada por uma comissão de juristas que estudou a reforma do código, criada em 2008 a pedido de Renato Casagrande. A coordenação ficou a cargo do ministro do Superior Tribunal de Justiça Hamilton Carvalhido e a relatoria, com o procurador regional da República da 1ª Região, Eugênio Pacelli de



Serys, Demostenes e Casagrande foram eleitos para dirigir trabalhos

Oliveira.

Demostenes Torres afirmou que o código deve ser simplificado para dar celeridade aos processos judiciais. O presidente designou senadores às sub-relatorias para tratar das diversas áreas do código. A sub-relatoria de Inquérito Policial ficará sob a responsabilidade de Romeu Tuma (PTB-SP) e a de Provas, com Valter Pereira (PMDB-

MS). Serys Slhessarenko foi indicada para a sub-relatoria de Recursos; Marconi Perillo (PSDB-GO) para a de Medidas Cautelares e Tião Viana (PT-AC) para a de Procedimentos.

Também fazem parte da comissão temporária os senadores Marco Maciel (DEM-PE), Papaléo Paes (PSDB-AP), Almeida Lima (PMDB-SE) e Patrícia Saboya (PDT-CE).

Congresso recebe prêmio de agências reguladoras

O Congresso Nacional foi agraciado com o prêmio ABAR-2009, da Associação Brasileira de Agências Reguladoras. O vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), recebeu a premiação em nome do presidente da Casa, José Sarney, durante o Congresso Brasileiro de Regulação, que se realiza no Rio de Janeiro.

O prêmio, criado em 2001, é conferido a até duas personalidades e a uma institui-

ção de destaque na área de regulação.

Na ocasião, Marconi ressaltou a aprovação de leis que "dotam o Brasil de mecanismos regulatórios em sintonia com a modernidade e com os países desenvolvidos". Lembrou que tramita na Comissão de Constituição e Justiça proposta de sua autoria (PEC 11/09) que visa garantir autonomia e independência às agências reguladoras. O projeto prevê ainda a fisca-



Marconi Perillo recebeu a premiação em nome de Sarney

lização da atuação desses organismos pelo Congresso Nacional.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Às 14h, a sessão é deliberativa. A pauta está trancada por três projetos de lei de conversão, além da MP 456/09, que aumentou de R\$ 415 para R\$ 465 o salário mínimo a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Agenda do presidente

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebe, às 11h, Paulo José, deputado estadual do Amapá; às 11h30, representantes do Movimento dos Pequenos Agricultores do Brasil. Às 12h, Sarney assiste a apresentação de Fábio Gondim, consultor de Orçamento do Senado, sobre o projeto Siga Estados; e, às 16h, preside a ordem do dia do Plenário.

CI vota isenção de IPI para veículos a tração elétrica

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) se reúne, às 8h30, para votar projeto que trata de linha de crédito para a produção de biodiesel. Outro projeto em pauta concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a veículos movidos a tração elétrica.

CMA discute política de águas

Às 9h30, audiência pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) para debater implementação e resultados da Diretiva Quadro da Água da União Europeia, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água. Estão convidados os presidentes do Instituto da Água em Portugal, Orlando Borges, e da ANA, José Machado.

Cadastro positivo em debate no Senado

Na Ala Nilo Coelho, às 9h, ocorre seminário sobre cadastro positivo, promovido pela Consultoria do Senado, com palestras de Ângelo Duarte, da Secretaria de Reformas Econômico-Fiscais do Ministério da Fazenda, e de Leonardo Rosco, presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor.

Acordos internacionais na CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) se reúne, às 10h, para analisar projetos que aprovam textos de acordo internacional e de acordo de cooperação, entre outros.

CCJ analisa isenção de pagamento em concurso

Para deliberar uma pauta de 31 itens, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se reúne às 10h. Entre os itens, a proposta que isenta de pagamento de inscrição em concursos públicos desempregados e trabalhadores com remuneração igual ou inferior a dois salários mínimos. O primeiro projeto da pauta inclui os dubladores na categoria de executantes ou intérpretes.

Sarney vai questionar Ministério da Educação sobre falta de livros em braile

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem um grupo de pessoas com deficiência visual, acompanhadas pelos senadores Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Garibaldi Alves (PMDB-RN) e Flávio Arns (PT-PR). Elas vieram informar ao presidente que o Ministério da Educação parou de imprimir livros em braile e só voltará a produzi-los em 2011.

De acordo com Arns, Sarney disse ao grupo que vai questionar o ministro da Educação, Fernando Haddad, sobre o motivo da interrupção e pedirá que os livros voltem a ser impressos.

– Isso não tem sentido, o ministério tem à disposição toda a estrutura para imprimir os livros em braile – afirmou Arns.

Vetos

Sarney também ouviu o

novo líder da minoria no Congresso Nacional, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), que solicitou a inclusão de um número reduzido de vetos na pauta de votação de cada sessão do Congresso. O deputado acredita que, com uma pauta mais enxuta, será possível assegurar o debate de cada veto presidencial. Segundo Leite,

existem hoje 14 vetos aptos a serem incluídos na ordem do dia do Congresso e outros 19 se encontram em exame por comissão de parlamentares.

Caixa Econômica

A presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, conversou com Sarney sobre o programa

Minha Casa, Minha Vida – que prevê a construção de casas para a população de baixa renda. Disse que o programa foi muito bem recebido por estados e municípios, percebendo-se grande interesse de empresários em ofertar imóveis para a faixa de renda contemplada.

Ela também pediu votação

rápida, no Senado, do projeto que cria o cadastro positivo de crédito, aprovado na terça-feira pela Câmara. Conforme Maria Fernanda, o mecanismo “repercutirá de forma muito significativa” na oferta de crédito.

Perícia criminal

Sarney recebeu cinco peritos criminais, que estavam acompanhados pelo senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Eles vieram pedir apoio à aprovação do projeto (PLC 204/08) que regulamenta a carreira de perito criminal oficial.

– A perícia está crescendo muito, recebendo muitos equipamentos em todo o país. Estamos conseguindo infraestrutura, agora precisamos de autonomia e regulamentação – frisou a diretora da Polícia Técnica do Amapá, Eliete Nascimento Borges.



Deficientes visuais, com Sarney, Azeredo, Arns e Garibaldi, reclamam da interrupção da produção de livros para eles

Guerra quer presidência ou relatoria da CPI para o PSDB

Presidente da agremiação afirma que é tradição na Casa conceder um dos dois cargos ao senador responsável pelo requerimento de criação de comissão parlamentar de inquérito

O SENADOR SÉRGIO Guerra (PSDB-PE) reivindicou a presidência ou a relatoria da CPI da Petrobras, afirmando ser tradição na Casa conceder um desses cargos ao responsável pelo requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito. A seu ver, esse “é o caminho da normalidade, da fiscalização equilibrada, que trará proveito para a Petrobras e fará bem ao Congresso”.

Sérgio Guerra disse “não ser ético” afirmar que o PSDB quer paralisar a Petrobras, como “acusam inescrupulosamente” entidades sindicais que convocaram uma manifestação para hoje, no Rio de Janeiro, contra a CPI da Petrobras.

O parlamentar observou que os atuais opositores PSDB



No Plenário do Senado, Sérgio Guerra (E) conversa com José Agripino e Kátia Abreu

e DEM “administraram muito bem” a estatal no governo Fernando Henrique Cardoso, com “respeito aos seus funcionários” e sem “indicações políticas, partidárias e precárias” para dirigir a companhia.

Por sua vez, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que as centrais e outras entidades de classe podem se expressar livremente e não se deve vincular suas manifestações à representação do PT no Senado.

Mercadante: PT não é responsável por quem assinou o panfleto

Respondendo ao líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), o líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), sustentou em Plenário que o PT não tem responsabilidade direta pelas entidades que assinaram o manifesto que convoca os trabalhadores a protestarem contra a CPI do Senado para investigar denúncias de irregularidades na Petrobras. Ponderou que os sindicatos fazem parte da luta histórica pela Petrobras.

– A Petrobras também é deles – disse Mercadante.

O senador explicou que algumas entidades que assinaram o manifesto são independentes do PT e costumam criticar o governo Luiz Inácio Lula da Silva,

como é o caso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). Ele acrescentou que o PT participa de algumas entidades, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), assim como o PSTU e o PSOL e até o PMDB participam de outras entidades sindicais.

O líder petista voltou a afirmar que acredita em uma CPI equilibrada e responsável e que o Senado preservará a Petrobras.

– Acho que temos de dialogar com a sociedade. Em vez de acirrarmos as posições aqui, devemos dialogar. Não acredito



Mercadante pede equilíbrio à comissão de inquérito da Petrobras

que vamos paralisar a Petrobras. É possível construir uma agenda em torno dos fatos objetivos, abriremos o debate sobre temas como o marco regulatório e distribuição de royalties. E, nesse processo, a CPI pode ser um instrumento de fortalecimento da estatal – disse Mercadante.

LÍDER ANUNCIA OBSTRUÇÃO

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), anunciou que seu partido não pretende votar projetos e medidas provisórias em Plenário até receber da Mesa esclarecimentos sobre o número de senadores que a oposição terá na CPI da Petrobras. Tecendo comparação com a CPI das ONGs, colegiado com a mesma quantidade de parlamentares e integrado por quatro membros da oposição, disse que o mesmo critério deve ser aplicado para a CPI da Petrobras.

Durante a ordem do dia, Virgílio também atribuiu a obstrução a dúvidas apresentadas pelos partidos de oposição sobre o conteúdo de duas medidas provisórias, que têm preferência de votação. Instado por outros líderes, o senador concordou apenas em iniciar a discussão do Projeto de Lei de Conversão 5/09 (proveniente da MP 452/08) e votar matérias de cunho administrativo, como nomes de autoridades ou requerimentos internos da Casa.

Virgílio acusa panfleto de sindicalistas de “mentiroso”

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), contestou com veemência “panfleto mentiroso distribuído por sindicalistas”, em que o PSDB e outros partidos de oposição são acusados de tentar “desestabilizar a Petrobras ao propor uma CPI para investigar denúncias de corrupção na estatal.

– O panfleto afirma: “Parar a Petrobras, é parar o Brasil”. Eu concordo. Então, fora os ladrões da Petrobras, para que ela fique em paz. O que o PSDB quer, junto com gente séria, é pegar os ladrões pela gola. São eles que fazem mal à Petrobras, e não a oposição – sustentou.

Virgílio considera “uma mentira deslavada” a afirmação do panfleto de que o PSDB quer multinacionais na exploração do petróleo da camada de pré-sal da plataforma marítima do país. afirmou que, “se houve alguma ideia esdrúxula e contrária aos interesses da Petrobras, ela partiu do próprio governo, que queria criar uma estatal só para o pré-sal.

O senador lembrou que, à época, seu partido manifestou a posição de que a Petrobras, “que investiu pesadamente para descobrir o petróleo do pré-sal e tem tecnologia para essa explo-



Arthur Virgílio: oposição não usará CPI para desestabilizar Petrobras

ração”, não poderia ser preterida por uma nova estatal.

Virgílio cobrou do líder do PT no Senado, Aloizio Mercadante (SP), uma posição sobre “as mentiras do panfleto”. Para ele, se o PT concordar com a “panfletagem mentirosa dos pelegos, o partido não aprendeu muito sendo governo”.

Em seu discurso, o líder do PSDB cobrou do presidente do Senado, José Sarney, explicação sobre informação da Mesa de que caberá à oposição apenas três vagas dos 11 integrantes da CPI da Petrobras, argumentando que, na CPI das ONGs, com também 11 integrantes, coube quatro vagas para a oposição.

Matéria que dispõe sobre limites de gastos das câmaras municipais resultou de desmembramento da proposta que aumenta número de vereadores

Prêmio Roberto Marinho para jornalistas

O Plenário aprovou ontem substitutivo ao projeto de resolução do Senado que institui o Prêmio Roberto Marinho de Mérito Jornalístico. A proposta (PRS 41/04), que tem autoria do senador Antonio Carlos Magalhães, falecido em 2007, vai à promulgação.

O prêmio será conferido anualmente em dezembro, em sessão especial, a profissionais de imprensa que tenham contribuído de forma relevante para o engrandecimento do jornalismo brasileiro. A escolha do agraciado ficará a cargo de um conselho constituído pelo presidente do Senado e por outros cinco senadores por ele indicados. Caberá à Mesa divulgar os critérios do prêmio e também receber, até novembro, as indicações de candidatos.

Na justificativa, Antonio Carlos Magalhães afirmava que a criação de um prêmio com o nome do fundador das Organizações Globo "é mais um reconhecimento que esta Casa faz à figura desse grande profissional, exemplo de empreendedorismo e referência para as novas gerações de jornalistas".

Comissões para pacto federativo e enchentes no Norte

O Plenário aprovou ontem dois requerimentos para criação de comissões no Senado. O primeiro, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), cria comissão temporária para propor a adoção de novo pacto federativo no Brasil, caso não seja viável aperfeiçoar o atual. O segundo, do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), institui comissão temporária externa com o objetivo de verificar os efeitos das enchentes nos municípios da região Norte.

Na justificativa do requerimento, Crivella argumenta que o pacto federativo atual faz persistirem as desigualdades regionais e incentiva "uma perniciosa guerra fiscal entre os estados".

Ao defender sua proposta, Virgílio lembrou que o município de Anamá (AM) "não tem um palmo de terra que não esteja submerso". E cobrou do governo federal o envio de 31 mil cestas básicas para estado. O senador também pediu ao governo estadual que estenda por mais três meses a ajuda de R\$ 300 reais para cada família atingida. Ele elogiou ainda a edição de medida provisória liberando R\$ 1 bilhão para os estados atingidos pelas chuvas.

Plenário começa a discutir a PEC Paralela dos Vereadores

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 47/08) que trata dos limites de gastos das câmaras municipais começou, ontem, a tramitar no Plenário do Senado. A matéria teve origem no desmembramento da PEC dos Vereadores (PEC 20/08).

Essa divisão, promovida pelo senador César Borges (PR-BA), está na raiz da polêmica que envolveu a Câmara dos Deputados e o Senado no final do ano passado. O então presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, recusou-se a promulgar a PEC dos Vereadores – que permite o aumento do número de vagas nas câmaras municipais – porque o Senado retirou o trecho que tratava dos gastos.

No dia 6 deste mês, a PEC Pa-

ralela recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que adotou o texto de voto em separado do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). A redação reduz os percentuais máximos de gastos previstos para as câmaras municipais. Valadares propôs a alteração do artigo 29-A da Constituição a fim de criar seis novos critérios de gastos percentuais máximos, em vez dos quatro atuais.

O líder do PT na Casa, Aloizio Mercadante (SP), afirmou, no último dia 6, que o texto "certamente será emendado em Plenário, para que essas despesas sejam efetivamente reduzidas". Segundo Mercadante, a proposta de Valadares "reduz

o teto de gastos das câmaras municipais, mas não trata do gasto efetivo hoje, pois há 70 cidades que estouraram o teto constitucional sem que nada tenha acontecido".

César Borges disse ontem que a Casa precisa votar a matéria o mais rapidamente possível. "Pode-se posicionar contra ou a favor, mas o Senado tem de cumprir o seu dever", declarou o senador.

Ele manifestou seu apoio aos candidatos nas últimas eleições que, caso se aprove o aumento do número de vereadores, assumirão as novas vagas. Borges observou que vários deles têm visitado o Senado nos últimos meses para defender o aumento de vagas.



Suplentes se unem, no Plenário, para ouvir César Borges defender a votação, com ou sem acordo, da PEC dos Vereadores

Plenário aprova indicação para embaixadas e Ancine

Seis mensagens do presidente da República indicando nomes para os cargos de embaixador na Finlândia, Estônia, Congo e Líbia e para a direção da Agência Nacional do Cinema (Ancine) receberam ontem aprovação do Plenário do Senado.

Para assumir a embaixada na Finlândia, e cumulativamente na Estônia, foi aprovado o nome de Armando Vitor Boisson Cardoso por 39 votos a 11. Ricardo Carvalho do Nascimento Borges teve sua indicação acolhida para embaixador no Congo por 39 a 11 e 1 abstenção. E para a Embaixada na Líbia, foi aprovado o nome de George Ney de Souza Fernandes por 38 a 12.

Em seguida, os senadores aprovaram os nomes indicados para a diretoria da Ancine. Manoel Rangel Neto foi reconduzido ao cargo de presidente da agência para o biênio 2009/2010 por 38 votos a 20. Paulo Xavier Alcoforado e Glauber Piva Gonçalves são os novos diretores da Ancine. O primeiro teve sua indicação aprovada por 29 a 23. O outro indicado, por 31 a 21.

PEC dos biomas já pode ser votada em 1º turno

Foi encerrada ontem a discussão em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 51/03, que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. A PEC dá nova redação ao parágrafo 4º do artigo 225 da Constituição e agora já pode ser submetida ao primeiro turno de votação. A iniciativa, de Demostenes Torres (DEM-GO), foi relatada por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O senador Marco Maciel (DEM-PE) ressaltou que a emenda vai suprir um lapso da Constituição, que já assegura *status* de patrimônio nacional aos biomas da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar, do Pantanal Mato-Grossense e da Zona Costeira, devendo a utilização dessas áreas ser feita de modo a garantir a preservação do meio ambiente.

De acordo com Maciel, a inclusão da Caatinga e do Cerrado como patrimônio nacional fará com que o governo federal conceda tratamento prioritário a esses biomas.

Licenciamento ambiental fica para terça-feira

Acatando solicitação do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), o vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), transferiu para a próxima terça-feira a votação do mérito do Projeto de Lei de Conversão 5/09, proveniente da Medida Provisória 452/08, que deu nova redação ao Fundo Soberano do Brasil (FSB). Os pressupostos de urgência, relevância e adequação financeira foram aprovados na sessão de ontem.

A medida também autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) a executar obras nas rodovias federais transferidas aos estados e altera regras de licenciamento ambiental de obras em rodovias federais. O relator-revisor da matéria, senador Eliseu Resende (DEM-MG), dividiu seu voto em partes, em virtude de a medida provisória tratar de três assuntos distintos.

A respeito do Fundo Soberano, a principal alteração promovida por Eliseu Resende no texto que a Câmara dos Deputados havia aprovado foi no sentido de impedir a possibilidade de o fundo ser financiado por recursos não previstos no orçamento.

O relator-revisor posicionou-se inteiramente favorável à prorrogação, até 31 de dezembro de 2012, da autorização para que o DNIT utilize recursos federais na execução de obras de conservação, recuperação, restauração, construção e sinalização das rodovias transferidas aos estados em 2002.

Quando começou a tramitar na Câmara dos Deputados, a MP 452/08 não incluía alteração na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente.

Os deputados alteraram o texto para tornar menos restritivas as regras para o licenciamento ambiental de obras em rodovias já existentes. Depois de ouvir os ministérios do Meio Ambiente e dos Transportes, Eliseu Resende fez alterações no projeto de conversão aprovado pelos deputados.

Retrocesso

Durante a discussão da matéria, a senadora Marina Silva (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente, disse que não é verdadeira a afirmação de que uma obra que passa pelo licenciamento ambiental está, *a priori*, inviabilizada. Ela classificou as alterações propostas pelo PLV na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente como um retrocesso.

Sarney anuncia indiciamento de Zoghbi

O presidente do Senado, José Sarney, comunicou ontem oficialmente ao Plenário que a Polícia Legislativa indiciou, na terça-feira, o ex-diretor de Recursos Humanos João Carlos Zoghbi pelos crimes de forma-

ção de quadrilha, corrupção passiva e falsidade ideológica. Zoghbi está sendo investigado pela suspeita de intermediar operações de crédito consignado para servidores do Senado. A Polícia da Casa também

indiciou, por formação de quadrilha e corrupção passiva, os sócios da empresa Contact – Marcelo Araújo Zoghbi, Ricardo Nishimura Carneiro e Bianka Machado e Dias. Os três são sócios em empresas que interme-

deiam as operações de crédito consignado.

Segundo Sarney, as investigações não estão finalizadas, mas o inquérito policial deverá ser enviado à Justiça Federal no dia 28.

Debatedores defendem regulamentação das profissões ligadas à estética corporal

Cabeleireiros, barbeiros, depiladores, manicures e outros profissionais da estética corporal podem ter suas atividades regulamentadas. Esse é o propósito de projeto que a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) debateu ontem em audiência pública.

Maria dos Anjos Hellmeister, diretora da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, disse que a regulamentação beneficiará 1 milhão de profissionais, dos quais somente 10% trabalham com carteira assinada.

Para Antonio Lisboa Cardoso, assessor sindical da Confederação Nacional do Comércio (CNC), os benefícios do reconhecimento desses profissionais não serão sentidos somen-



Mescouto, Papaléo Paes, Flávio Arns e Hellmeister em audiência na CE: preocupação em proteger profissionais e clientes

te pela categoria, mas também pelos consumidores. Ele lembrou que o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) oferece cursos profissionalizantes sobre atividades

ligadas à beleza.

Segundo a coordenadora de Registro Profissional do Ministério do Trabalho, Solange Mescouto, os critérios para regulamentar profissões

devem conter aspectos como regras de capacitação técnica e previsão de sanções, bem como deveres para proteger os consumidores.

– Se não coloca em risco a

sociedade, o exercício da profissão deve ser livre – disse.

Os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Roberto Cavalcanti (PRB-PB) e Augusto Botelho (PT-RR) enfatizaram a importância de regulamentar as profissões, pois diversas práticas adotadas em centros de estética podem colocar em risco a saúde dos clientes, devido a contaminação por produtos químicos ou contágio de doenças.

A relatora do projeto (PLC 112/07), senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), afirmou que regulamentar a profissão vai atender à categoria e aos consumidores, uma vez que o profissional terá mais preparo e mais direitos, mas também mais responsabilidades.



Presidida por Flexa Ribeiro (E), CCT aprovou audiência sobre propriedade intelectual

Divulgação de dados sobre licitação pode ser obrigatória

Os editais de licitação, as compras efetuadas, as situações de inexigibilidade e dispensa de licitação, os contratos e seus aditamentos, assim como a intimação de atos sujeitos a recurso, poderão passar a ser publicados pela administração pública na internet. A obrigatoriedade foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e será examinada ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O projeto (PLS 68/08), de Demostenes Torres (DEM-GO), altera a legislação sobre licitações e contratos (Lei 8.666/93). Segundo a proposta, deverão ser publicadas todas as compras feitas pela administração direta e indireta, a fim de informar o bem comprado,

seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação.

Segundo Demostenes, a Lei 8.666/93 obriga somente a divulgação dos resumos dos editais de licitação e dos instrumentos de contratos.

– Ocorre que a publicação apenas do resumo impede a verificação de todos os termos da licitação e dos contratos e inviabiliza a detecção de irregularidades e ilegalidades – disse Demostenes.

Em parecer favorável, Marco Maciel (DEM-PE) afirmou que o mérito do projeto é inquestionável.

A CCT também aprovou a realização de audiência pública, proposta por Cícero Lucena (PSDB-PB), sobre propriedade intelectual e inovação.

Cidade sem provedor poderá pagar ligação como tarifa local

Nos municípios não servidos por provedores locais de acesso discado à internet, as chamadas interurbanas para os provedores localizados em outras cidades serão tarifadas como ligações locais. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e segue para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa.

Pelo projeto (PLS 317/05), de Romero Jucá (PMDB-RR), as chamadas locais cobradas deverão ser ainda as mais baixas praticadas pela prestadora, considerando todos os seus planos de serviço e eventuais

descontos oferecidos. A proposta prevê ainda que as ligações para outras cidades deverão manter padrão de qualidade aplicável às demais chamadas interurbanas.

Segundo Jucá, o objetivo é viabilizar a inclusão digital nas pequenas localidades, “onde o acesso à rede mundial de computadores é ainda muito oneroso, a ponto de excluir o direito à informação da grande maioria da população”.

O relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), afirmou que é papel do Legislativo formular políticas que visem propiciar a universalização do acesso a tecnologias da informação e comunicação.

Idoso com 70 anos deverá ter isenção do Imposto de Renda

Projeto de autoria do senador Neuto de Conto, que vai ao exame da CAE, estabelece que a isenção deve valer para rendimentos de até dez salários mínimos

AS PESSOAS COM 70 anos ou mais com rendimentos de até dez salários mínimos poderão ser isentas do pagamento do Imposto de Renda. É o que determina projeto (PLS 480/08) do senador Neuto de Conto (PMDB-SC) aprovado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O texto ainda será votado, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para Neuto de Conto, com a aprovação, o Senado faz justiça ao cidadão que produziu durante 70 anos para o país.

Pelo projeto, a isenção se dá

a partir do mês em que o idoso atingir 70 anos. O montante da renúncia fiscal deve ser incluído em demonstrativo anexado ao projeto de lei orçamentária.

Segundo o relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), o aumento do limite de isenção para os idosos é bem-vindo e permite maior disponibilidade de renda numa fase da vida em que as despesas com saúde aumentam.

Paulo Paim (PT-RS) considerou adequado o limite de dez salários mínimos, por não impedir que idosos com capacidade de trabalho permaneçam na ativa.

A CDH decidiu ainda realizar duas audiências públicas. Uma – solicitada pelo presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF), e por José Nery (PSOL-PA) – discutirá o conflito entre as populações atingidas pela construção da hidrelétrica de Tucuruí e os órgãos federais responsáveis pelo gerenciamento das políticas energética, ambiental e fundiária da região. A inclusão de adolescentes entre 15 e 17 anos no programa ProJovem Adolescente também será objeto de debate, para recolher subsídios ao exame do PLS 241/08.



Ao lado do senador Jayme Campos (E), Cristovam Buarque, que preside a CDH, coordena as votações

Maior assistência a dependente com deficiência

O empregado que for pai, mãe ou responsável por pessoa com deficiência poderá faltar ao trabalho até sete dias por ano para acompanhar ou prestar assistência ao dependente. A medida consta de projeto (PLS 522/07) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) aprovado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A proposta vai agora à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa.

– Parabenizo o senador Flexa Ribeiro por conseguir fazer uma

costura com o setor empregador – elogiou o relator da matéria, Paulo Paim (PT-RS).

A CDH aprovou outros dois projetos que beneficiam pessoas com deficiência. Trata-se do PLS 465/08 – que permite a dedução do Imposto de Renda Pessoa Física de despesa com a compra de aparelhos auditivos e cadeiras de rodas – e do PLS 45/09 – que inclui todas as pessoas com deficiência no rol de beneficiados com a isenção do pagamento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

na compra de automóvel.

Também foi acolhido na comissão projeto que altera o Código Penal para tipificar o crime de extermínio. A matéria (PLC 137/08) já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e irá à deliberação do Plenário do Senado.

Paulo Paim, relator *ad hoc*, assinalou que a proposta preenche lacuna no Direito Penal brasileiro quanto à conduta de grupos armados que afrontam a ordem democrática e a dignidade humana.

Homenagem ao jovem empresário de Fortaleza

A Associação dos Jovens Empresários de Fortaleza (AJE), que completará 20 anos em 4 de junho, recebeu homenagem dos senadores em sessão ocorrida ontem. A senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), que solicitou a realização da sessão,

disse que a história da entidade marca o início da mobilização de jovens empresários do Brasil. A associação foi a primeira da juventude empresarial independente no país e o primeiro núcleo responsável pela expansão do movimento para o

restante do Brasil.

– Esses jovens largaram mão do individualismo, do sucesso particular de suas empresas para se dedicarem a causas sociais, à política e à busca do desenvolvimento de um país cada vez melhor – disse Patrícia.

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) lembrou ser ele mesmo fruto de movimento semelhante à AJE. Inácio Arruda (PCdoB-CE) conclamou os jovens empresários a participarem do debate do projeto de um novo Brasil.

Senadores apontam desvio de procuradores e de juizes

Críticas à conduta de integrantes do MP e do Judiciário são feitas durante sessão de sabatina de indicados para os conselhos nacionais do Ministério Público e de Justiça

A SABATINA DE indicados para compor os conselhos nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ), realizada ontem no Senado, foi marcada por críticas à conduta de procuradores e magistrados. Na reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senadores situaram no alvo sobretudo os procuradores federais, acusados de buscar visibilidade na mídia ou partidizar suas ações, atingindo a honra de pessoas públicas com o vazamento de informações falsas ou sem comprovação.

Quem deu partida às críticas foi o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), ao lembrar falsas notícias na mídia de que José Agripino (DEM-RN) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) receberam contribuições de grande construtora para campanhas eleitorais, sem a devida prestação de contas. Nem mesmo no inquérito da Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, que tratou do caso, havia indícios de irregularidades nas contribuições.

Demostenes observou que, em esclarecimentos ao Senado, o ministro da Justiça, Tarso Genro, assegurou “com todas as letras” que a falsa informação não saiu



Demostenes Torres (C) preside reunião da Comissão de Constituição e Justiça

da PF. As suspeitas, disse o senador, acabaram recaindo sobre o procurador e o juiz que atuou no caso. Agripino agora vai abrir uma representação para que o episódio seja investigado no CNJ e no CNMP, na intenção, como afirmou o colega, “de que sua honra seja reparada”.

Os demais integrantes da CCJ fizeram coro às críticas, sustentando que muitos procuradores e juizes extrapolam em suas prerrogativas. E cobraram dos indicados a conselho sugestões para impedir que os desvios continuem a ocorrer. Agripino reforçou o pedido, depois de informar que precisou recorrer ao Supremo Tribunal Federal para ter acesso ao inquérito da operação em que seu nome foi citado. “Os docu-

mentos mostravam o contrário do que tinha sido vazado. Houve uma perversidade”, frisou ele.

Por parte dos indicados, houve reconhecimento de que excessos ocorrem, mas praticados por uma minoria. Assinalaram que medidas corretivas estão sendo adotadas.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que na semana passada pediu o adiamento da sabatina por uma semana, para um debate mais adequado, disse que ficou satisfeito com os esclarecimentos dos indicados. Aproveitou para adiantar que seu partido será exigente no exame do nome que será designado para suceder o atual procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

Governo reduz para 1% previsão de crescimento do PIB em 2009

O Ministério do Planejamento enviou ontem ao Congresso o relatório de avaliação de receitas e despesas do segundo bimestre. Em razão da crise financeira mundial, o texto reduz a previsão de crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2009 para 1%. A previsão anterior era da ordem de 2%.

Mesmo com a previsão de desaceleração econômica, o governo trabalha com a possibilidade de ampliação nos gastos governamentais de R\$

9,1 bilhões. Desse total, R\$ 6 bilhões serão destinados ao programa Minha Casa, Minha Vida e R\$ 3 bilhões para despesas discricionárias dos órgãos. Os recursos adicionais foram disponibilizados, conforme o relatório, “devido à redução da meta de superávit primário para o exercício de 2009, que saiu de 2,2% para 1,4% do PIB”.

O documento prevê ainda redução de R\$ 9,3 bilhões na arrecadação anual em relação aos cálculos da última avaliação.



Deputado Geraldo Magela e senador Jayme Campos na reunião da Comissão de Orçamento

CPI quer bloqueio de cartão em compra de material de pedofilia

A CPI da Pedofilia criou grupo de trabalho objetivando desenvolver uma ferramenta que permita o bloqueio de transações e evite a conclusão da aquisição de material de pedofilia, pela internet, com o uso do cartão de crédito. A proposta surgiu durante audiência ocorrida ontem para ouvir representantes da Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito e Serviços (Abecs).

A discussão também deve in-

cluir a criação de algum mecanismo que permita às autoridades conhecer a identidade dos portadores de cartões que adquiriram material pornográfico, explicou Magno Malta, presidente da CPI.

Uma possibilidade, disse Malta, é a aplicação de dispositivo semelhante ao que é previsto na Lei de Lavagem de Dinheiro, para atribuir a pessoas jurídicas a responsabilidade na identificação de clientes e manutenção de registros das operações.



Magno Malta (2º à esq.) com representantes de empresas de cartão de crédito

Aprovados 12 nomes para o CNMP e dois para o CNJ

As indicações de 12 conselheiros para o Conselho Nacional do Ministério Público e dois para o Conselho Nacional de Justiça foram aprovadas ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e vão à análise do Plenário. Os 12 nomes para o CNMP são: Nicolao Dino de Castro e Costa Neto; Sandra Lia Simon; Maria Ester Henriques Tavares; Diaulas Costa Ribeiro; Sandro José Neis; Cláudio Barros Silva; Achilles de Jesus Siquara Filho; Taís Schilling Ferraz; Sérgio Feltrin Corrêa; Adilson Gurgel de Castro; Almino Afonso Fernandes e Bruno Dantas Nascimento. Para o CNJ, Paulo de Tarso Tamburini Souza e Marcelo da Costa Pinto Neves.

Plano de carreira do TCU vai ao exame do Plenário

Projeto que altera o plano de carreira do Tribunal de Contas da União (TCU) foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e vai ao exame do Plenário. A proposta (PLC 59/09), segundo a presidência do TCU, busca corrigir defasagem salarial, para tentar “evitar a evasão de técnicos altamente qualificados, resultante de diferenças e defasagens salariais hoje existentes, quando se considera igual categoria em outras carreiras”.

Pelo parecer favorável do senador Marco Maciel (DEM-PE), o ajuste salarial justifica-se pela importância do trabalho executado pelos servidores do tribunal de contas.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º Vice-Presidente: Marconi Perillo

2º Vice-Presidente: Serys Shhessarenko

1º Secretário: Heráclito Fortes

2º Secretário: João Vicente Claudino

3º Secretário: Mão Santa

4º Secretário: Patrícia Saboya

Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Serys Shhessarenko • Mão Santa • Paulo Paim • Flávio Arns • Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Ana Lúcia Romero Novelli

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria

Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino

Arte: Cirilo Quartim, Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Mário Couto denuncia irregularidades em colônias de pescadores

“Lá no Limoeiro do Ajuru tem um presidente de colônia que é ladrão: ele pega o seguro-desemprego dos pescadores e passa para correligionários que não são pescadores”, denunciou ontem o senador Mário Couto (PSDB-PA). Ele informou que enviou ofícios ao ministro da Pesca, ao Ministério Público do Pará, à Polícia Federal e ao procurador-geral da República pedindo que o caso seja investigado.

– Não vou deixar que a classe dos pescadores artesanais seja lesada. Espero que a fiscalização seja feita não apenas em Limoeiro do Ajuru, que apenas citei como exemplo. Na maioria



Mário Couto pede investigação no Pará, com vistas a impedir que pescadores artesanais sejam prejudicados

das colônias do Pará, acontece o mesmo. Se providências não forem tomadas, posso garantir



Marcello Casati Jr./ABR

que vou abrir aqui no Senado a CPI da Pesca – afirmou Mário Couto.

O pescador artesanal tem direito ao seguro-desemprego durante o período de defeso,

quando a pesca é interrompida para garantir a reprodução das espécies. Segundo Mário Couto, alguns presidentes de colônia de pescadores, entre os quais o de Limoeiro do Ajuru, inscrevem amigos e pessoas filiadas ao seu partido como se fossem pescadores, para receberem o benefício indevidamente.

O senador também anunciou que, na próxima semana, dará entrada no requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de irregularidades no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Ele disse que já recolheu 30 assinaturas.



Paim pretende evitar que adiamento frustrasse viagem de aposentados

Paim quer confirmar se vetos serão examinados dia 26

O senador Paulo Paim (PT-SP) pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que reúna o colégio de líderes para definir se realmente o Congresso Nacional deliberará, na próxima terça-feira, sobre o veto presidencial à emenda de sua autoria que concedia às aposentadorias e pensões o mesmo reajuste aplicado ao salário mínimo em 2006: 16,67%.

Segundo Paim, várias caravanas estão se mobilizando em todo o país para acompanhar a votação, e ele teme que um eventual adiamento frustrasse a viagem dessas pessoas.

A sessão da próxima terça-feira foi marcada para que sejam apreciados os 14 vetos sobre os quais não houve consenso na reunião realizada semana passada. O veto à emenda do senador gaúcho é um dos principais em pauta.

– Quero pedir também ao presidente e aos líderes que o voto não seja secreto durante a sessão que decidirá sobre esse veto. Sei que a Constituição exige votação secreta, mas gostaria que cada deputado ou senador pudesse anunciar nos microfones o seu voto – disse Paulo Paim.

“Bancos tiram o couro do cidadão”, diz Cavalcanti

Em protesto contra as altas taxas de juros de empréstimos, Roberto Cavalcanti mostra diferença entre a redução da Selic e a redução dos juros cobrados da pessoa física

ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB) protestou ontem contra as altas taxas de juros que continuam a ser cobradas nos empréstimos bancários, a despeito dos seguidos cortes pelo Banco Central na taxa Selic – patamar básico de juros aplicado ao pagamento dos títulos do Tesouro Nacional.

A Selic serve também de base para o financiamento interbancário, em que são usados como garantia os próprios títulos do governo. Por isso, é referência para as outras taxas de juros.

– O custo financeiro para eles se baseia na taxa Selic, mas para os cidadãos é muito diferente.

Cavalcanti citou uma série de matérias jornalísticas e declara-



Cavalcanti ataca setor bancário: dois pesos e duas medidas

ções de especialistas, como matéria de *O Globo* destacando que a taxa Selic caiu 25% nos últimos sete meses e a expectativa de inflação reduziu quase 20%.

– No entanto, para uma pes-

soa física, os juros caíram míseros 2,5%: de 137,12% ao ano para 133,70%.

– O ideal estabelecido na Constituição de 1988 [juro máximo de 12% ao ano] virou quimera, mas daí a liberar os bancos para tirarem o couro do cidadão há uma grande distância – indignou-se.

O senador mencionou ainda Andrew Frank Storfer, da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), para quem “é difícil explicar a demora dos bancos em cortar os juros, já que o custo do dinheiro para as instituições financeiras baixou com consistência”.

César Borges pede votação da PEC Paralela dos Vereadores

César Borges (PR-BA) pediu ontem que o Plenário aprove com urgência a proposta de emenda à Constituição que trata dos limites de gastos das câmaras municipais, conhecida como PEC Paralela dos Vereadores.

– Quem quiser, que se posicione contra ou a favor, mas que o Senado cumpra o seu dever – solicitou o senador.

A matéria (PEC 47/08) surgiu

da retirada de um trecho (que trata dos gastos das câmaras municipais) de outra proposição, a PEC 20/08, conhecida como PEC dos Vereadores. Em dezembro, a PEC dos Vereadores foi aprovada pelo Senado sem o trecho em questão, mas, por causa disso, o então presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, recusou-se a promulgá-la.

A PEC Paralela dos Vereadores



Borges: Senado tem de tomar decisão sobre gastos de câmaras municipais

teve ontem sua primeira sessão de discussão no Plenário do Senado.



Senador ressalta importância de evento realizado em Florianópolis

Neuto de Conto registra dados do turismo no Brasil

Ao discursar ontem em Plenário, Neuto de Conto (PMDB-SC) destacou a 9ª Conferência Global sobre Viagens e Turismo, realizada em Florianópolis nos dias 15 e 16, com o tema “Parcerias reais: energizando economias”. Conforme o senador, o evento reuniu, pela primeira vez na América Latina, “as principais lideranças mundiais, governamentais e empresariais do setor” – cerca de mil delegados, de 51 países.

A conferência foi promovida pelo Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTTC, em inglês), em parceria com o Ministério do Turismo, o governo de Santa Catarina e o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur).

– O WTTTC é a maior plataforma para líderes empresariais ligados ao turismo – afirmou.

O senador citou ainda pesquisa feita neste ano pelo WTTTC, em 181 países, na qual o Brasil aparece em 13º lugar na *ranking* da “economia do turismo”, e em primeiro na América Latina.

Ele ressaltou que o turismo brasileiro fatura cerca de US\$ 40 bilhões e cria 6 milhões de empregos por ano. Em Santa Catarina, acrescentou, o movimento anual é de R\$ 14,8 bilhões.

Mozarildo comemora transferência de terras para Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) definiu como uma conquista histórica para Roraima a aprovação pelo Senado, na terça-feira, da medida provisória que transfere terras da União para o estado. Durante a discussão da MP em Plenário, Mozarildo relatou os esforços,

desde a Constituinte de 1988, dos representantes de Roraima para que as terras do antigo território fossem definitivamente incorporadas ao novo estado.

– Eu quero dizer aqui: todos os ex-governadores, o governador atual [José de Anchieta

Júnior] e todos parlamentares de Roraima, sem exceção, trabalharam para que isso acontecesse – destacou o senador.

Agora é necessário “correr contra o tempo para recuperar o tempo perdido” e conferir aos ocupantes os devidos títulos das terras. Os produtores rurais,

vão poder pleitear “financiamento para produzirem”, observou.

Emenda feita à MP 454/09, transformada no PLV 7/09, permitiu a transferência de terras da União também para o Amapá, outro estado criado pela Constituição de 1988.



Mozarildo destaca esforços dos representantes de Roraima



Profissão nasceu sob inspiração da doutrina social da Igreja Católica, diz parlamentar

Arns enaltece trabalho dos assistentes sociais

O senador Flávio Arns (PT-PR) registrou a passagem do Dia do Assistente Social, celebrado em 15 de maio. Ele destacou que a profissão “nasceu inspirada na doutrina social da Igreja Católica”. A data comemorativa faz referência ao dia da publicação, em 1891, da encíclica *Rerum Novarum*, pelo papa Leão XIII, elaborada a partir da preocupação da Santa Sé com os graves problemas sociais na Europa.

No Brasil, a profissão se estabeleceu em 1936. Os assistentes sociais trabalham principalmente com crianças em risco social, moradores de rua, desempregados, idosos, doentes – asilados ou isolados socialmente – e minorias étnicas. Atualmente, têm intensificado sua atuação junto a pessoas com deficiência.

– A profissão vem se redefinindo, conseguindo como poucas se adequar às demandas sociais – disse o parlamentar.

Flávio Arns lembrou a aprovação pelas comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE) de projeto (PLC 60/07) que estabelece a inserção do assistente social e do psicólogo nas escolas públicas de educação básica.



Mão Santa: prêmio do Instituto Biosfera é gesto de respeito ao Senado Federal

Mão Santa agradece homenagem recebida

Mão Santa (PMDB-PI) agradeceu ontem, em Plenário, a homenagem feita a ele e a Eduardo Azeredo (PSDB-MG) pelo Instituto Ambiental Biosfera. Ambos receberam o Prêmio Nacional em Desenvolvimento Sustentável dos Centros Urbanos Brasileiros.

Os senadores receberam diplomas e medalhas da instituição por conta “do reconhecimento público à destacada atuação parlamentar no âmbito do Senado Federal”, incluindo a apresentação de importantes projetos que contribuem para a sustentabilidade de centros urbanos brasileiros.

Mão Santa disse entender a homenagem como um gesto de respeito ao Senado Federal e congratulou-se com os demais homenageados, entre eles alguns prefeitos, premiados em razão de ações administrativas voltadas para o atendimento social da população dos seus municípios.

O Instituto Biosfera tem como objetivo social a promoção de esforços, atividades e ações visando compatibilizar a conservação da natureza com o desenvolvimento econômico, social e cultural, a difusão da educação ambiental e a promoção de valores culturais.



Fotos: Geraldo Maggê

Suplicy afirma que pasta cumpre antecipadamente a determinação do tribunal para atualizar cadastro

Suplicy: ministério adota medidas contra fraude no Bolsa Família

Em nota lida pelo senador, Desenvolvimento Social esclarece que, por iniciativa própria, já adotava providências para corrigir desvios

O SENADOR EDUARDO Suplicy (PT-SP) leu ontem, da tribuna, nota do Ministério do Desenvolvimento Social esclarecendo que os pagamentos indevidos feitos pelo programa Bolsa Família, e apontados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), já eram de conhecimento da pasta. Segundo o documento, a partir dos controles do próprio ministério, providências já vinham sendo tomadas para corrigir as falhas.

A nota esclarece, em relação à auditoria sobre o Cadastro Único, que, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, desde 2005 vem aprimorando a base de dados usada pelo Bolsa Família e por outros programas sociais. A nota menciona a constatação do próprio TCU de que, entre 2005 e 2006, a secretaria havia cumprido 70% das recomendações e determinações propostas pelo tribunal.

Para aprimorar mais o sistema, ainda este ano entrará em funcionamento nova versão do controle *on-line* que vai corrigir a falta de sincronia entre bases de dados dos municípios e da Caixa Econômica Federal.

De acordo com o ministério, a pri-

meira grande atualização da base de dados ocorreu entre 2005 e 2006. Com as medidas de controle adotadas, 2,6 milhões de benefícios foram cancelados. Em fevereiro de 2009, o ministério iniciou, em parceria com os municípios, a atualização cadastral de 3,4 milhões de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família que completaram dois anos sem qualquer alteração de informações. Como as prefeituras terão prazo até 31 de agosto para fazer as modificações no cadastro, a partir de setembro os benefícios sem atualização serão bloqueados.

– Com essa ação, o ministério considera que cumpre, antecipadamente e de iniciativa própria, a determinação do Tribunal de Contas da União de atualização cadastral, pois essa faz parte do processo rotineiro de gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família – disse o senador.

A nota cita outras irregularidades detectadas e corrigidas, como o cancelamento de cerca de 400 mil benefícios cujos beneficiários apresentaram renda acima do critério ou que não atualizaram os cadastros após auditoria entre outubro de 2008 e fevereiro de 2009.

Ideli destaca estudo do Ipea que aponta redução da pobreza no país

Ideli Salvatti (PT-SC) destacou estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que aponta redução da pobreza em seis regiões metropolitanas do país, apesar da desaceleração provocada pela crise financeira global.

O levantamento sugere que políticas adotadas pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, entre elas a elevação do valor real do salário mínimo e programas como o Bolsa Família, podem ter contribuído para que a redução da pobreza ocorresse de forma diferente daquela verificada em outros períodos de recessão econômica. A senadora lamentou o fato de a imprensa não ter dado relevância ao estudo.

Na crise de 1982/1983, a pobreza no Brasil cresceu e atingiu 6,68 milhões de pessoas, contra 3,89 milhões em 1989/1990 e 1,86 milhão em 1998/1999, informou Ideli.

– Agora, quando a crise é muito mais



Ideli: “Retiramos da pobreza mais de 300 mil pessoas”

violenta por ocorrer no centro da economia mundial, retiramos da pobreza mais de 300 mil pessoas.

Segundo o estudo, o índice de pobreza nas seis principais regiões metropolitanas do país (Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre), que era de 42,5% em março de 2002, passou para 42,7% em abril de 2004 e retrocedeu para 30,7% em março de 2009.

O número indica uma queda de 28,1% em relação a abril de 2004.

Ideli também lamentou o “pouco destaque” dado pela imprensa à entrega, pela Unesco, ao presidente Lula, na semana passada, de um prêmio de incentivo à paz mundial. A mesma distinção já foi recebida pelo ex-presidente da África do Sul Nelson Mandela; pelo rei da Espanha, Juan Carlos de Bourbon; e pelo ex-presidente dos Estados Unidos Jimmy Carter.



Serys defende criação de unidade da Embrapa no município

Serys recebe título de cidadã de Sinop

Serys Shessarenko (PT-MT) comunicou ao Plenário ter sido agraciada com o título de Cidadã Comunitária de Sinop, em Mato Grosso, segundo ela, “uma das maiores honrarias que já recebeu”. A comenda foi outorgada pelo Movimento Comunitário do Município de Sinop no último dia 2.

– Fui recebida com festa por pessoas do povo para receber o título de cidadã comunitária. Senti-me realmente orgulhosa, porque são vários anos de luta e de entrega a uma causa justa e imprescindível ao nosso povo – afirmou Serys.

A senadora também relatou participação em reunião da bancada federal do estado com o governador Blairo Maggi, o prefeito de Sinop, Juarez Costa, e dirigentes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), na segunda-feira, para debater a instalação de uma unidade da empresa na cidade.

Serys Shessarenko comunicou ainda a participação em encontro com o prefeito de Nova Mutum (MT), Lírio Lautenschlager, e mais 200 pessoas, para discutir a habitação popular na cidade.



Senador lamenta que o Norte tenha menos enfermeiros que a média nacional

Augusto Botelho saúda Dia do Enfermeiro

Em saudação dirigida aos enfermeiros pela sua data, comemorada no último dia 12, o senador e médico Augusto Botelho (PT-RR) lamentou o fato de a região Norte contar com apenas 0,48 enfermeiro para cada mil habitantes, enquanto a média nacional é de 0,73. Hoje, a profissão exige formação em escolas médias especializadas ou curso superior. O Brasil tem 1,2 milhão de enfermeiros, destacou o parlamentar.

– Essa profissão, que num passado muito distante era exercida somente por escravos, hoje conta com dez especializações, que vão da terapia intensiva à pediatria, passando pela psiquiatria, pela área de resgates, atendimento público nos postos de saúde e clínicas de atendimento à velhice – afirmou.

Uma área que vem ganhando destaque é a enfermagem especializada em dependência química, frisou Augusto.

– Hospitais e clínicas psiquiátricas estão transformando espaços ociosos em enfermarias para atender dependentes químicos e, com isso, aumentando as oportunidades de trabalho – disse.